

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e oito realizou-se a Centésima Décima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e trinta e seis minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. Francisco da Rocha Simões Pires**, Representante do Secretário do Meio Ambiente; **Sr. Dalmir Mendes dos Santos**, Representante do Secretário da Saúde; **Sr. Luiz Antônio Petry**, Representante do Secretário da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio; **Sr. Marcelo Zaslavki**, Representante do Secretário da Cultura; **Sr. Aloísio Siragelo Braun**, Representante do Secretário da Ciência e Tecnologia; **Sr. Doadi Antônio Brena**, Representante do Secretário do Desenvolvimento dos Assuntos Internacionais; **Sr. Roberto M. Pereira**, Representante do Secretário das Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Josué Vieira da Costa**, Representante do Secretário da Coordenação e Planejamento; **Sr. Ladimir da Silva**, Representante do Secretário da Justiça e Segurança; **Sr. Paulo Brack**, Representante Titular do INGÁ; **Sr. Flávio Lewgoy**, Representante Titular da AGAPAN; **Sra. Lisiane Becker**, Representantes Titular da Mira-Serra; **Sr. Leonel Freitas Menezes**, Representante Suplente do Amigos da Floresta; **Sr Rogério Rammé e Sra. Lúcia Schild Ortiz**, Representantes Titular e Suplente dos Amigos da Terra; **Sra. Elizabete Maria Zanin**, Representante Suplente da Instituição Universitária Privada; **Sra. Eloísa Rodrigues Quines**, Representante Titular do SINDIÁGUA; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Suplente da FETAG; **Sr. Luiz Antônio B. Germano da Silva**, Representante Suplente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Sr. Maurício Colombo**, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sra. Maria Elisa dos Santos Rosa**, Representante Suplente da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Eduardo Wendling, advogado; Antenor Pacheco Netto; Cláudia V. Viegas, Ambiente Já; Paulo Mendes, SEMAPI; Marcos L. Markendor F. PM; Eliziane A. B. da Silva, Santo Antônio do Planalto; Priscila S. Fürch, Mira-Serra; Káthia V. Monteiro, Movimento Integridade; Coro da FEPAM; Virgínia de Carvalho Fett – OAB/RS; Niro Afonso Pieper – SIGA/RS, Carol B. Gualdi; Bianca E. Popuzzo, Gláucia Menegon, Guilherme Pereira Fonseca e Mariana Ribeiro Gutierrez, PUC; Cássio Raburke, MOODEMA; Iara Araganes e Ana Lúcia Fialho, SEMA; José Carlos P., cidadão; Lecian Gilberto Conrad; José Luiz Ferreira; Cíntia P. Barenha, CEA; Joana Helena Paloschi, Elabore; Marta E. Valim Labres, FEPAM; João Paulo, SEMA/DEFAP; Auda M. Correa, FEPAM.

**Pauta: 1. Discussão da Ata da 111ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Qualificação de Municípios; 4. Minuta de Resolução que dispõe sobre a regulamentação do licenciamento ambiental de terminais hidroviários para movimentação e armazenagem de minérios; 5. Apreciação e deliberação do Plano de Aplicação dos recursos do FEMA para o exercício de 2009; 6. Perspectivas para um programa Estadual de controle de emissões de gases de efeito estufa: apresentação do Sr. Eduardo Wendling, Advogado membro da Comissão de Relações Internacionais da OAB; 7. Apresentação da Matriz Energética do Estado; 8. Assuntos Gerais.** Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Francisco da Rocha Simões Pires – Representante da Secretaria do Meio Ambiente, e secretariados pelo Sr. Tiago Castagnetti – Secretaria Executiva da SEMA. **Sr. Presidente (Francisco da Rocha Simões Pires):** Boa-tarde a todos. Declaro que há *quorum* suficiente para o começo dos trabalhos da nossa 112ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Eu declaro abertos os trabalhos, e agora, como se adotou uma rotina de proporcionarmos momentos agradáveis, momentos de confraternização através da música, eu suspendo imediatamente os trabalhos e passo a palavra a nossa maestrina, coordenadora do coral, para que possa nos informar o que o coral da FEPAM nos apresentará hoje. Ou passo ao Roberto, que está à frente do coral. **Sr. Roberto:** Boa-tarde a todos. Nós estamos muito contentes em estarmos aqui, participando deste Conselho Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul. Gostaria de informar que o nosso coral hoje é uma Entidade jurídica, com CNPJ, etc., o que nos deixa muito contente, principalmente porque as questões do meio ambiente têm resultado positivo, visto que temos recebido inúmeros convites de participação e algumas atividades que nos enchem de alegria e emoção como tivemos esses dias, e me permito ler o texto, quando nós fomos cantar no Hospital de Clínicas. Então, no dia 13/10 fizemos importantes apresentações no 13º do Hospital das Clínicas, na ala da maternidade, passando pela área de tratamento paliativo, ou seja, pacientes terminais. Para esses pacientes a Medicina considera difícil a possibilidade de cura. Nesses casos o hospital tenta dar-lhes apenas conforto e lazer. Fizemos quase a manutenção dos sinais vitais, com maciças doses de medicamentos, o que confere aos pacientes uma expressão de torpor. Finalmente, passando pelas inúmeras alas dos pós-operatórios, em todos os lugares em que passamos houve emocionado agradecimento dos pacientes, parentes, amigos e funcionários. Os depoimentos são os mais variados, do tipo – *Minha irmã fez um transplante, da sua cama ouviu emocionada o canto de vocês e lhe agradece muito.* Por todos os locais em que passamos houve muitas pessoas agradecidas, pessoas que passam por momentos tão difíceis e que reconhecem o alento do canto para aquele momento. Então, isso nós temos feito com frequência e também temos recebido outros convites, como de Roca Sales, como um que vamos realiza em Ivoti. E esses dias tomei um susto, estava no meu setor e o Tribunal de Contas estava aí embaixo querendo falar comigo – o que fiz de errado. Fui até lá embaixo e recebi um convite do Tribunal de Contas do Estado para a participação em um vento de coros. Fiquei muito contente. Hoje nós seremos regidos pela maestrina Daniela Bassoti Kouhouse, as músicas serão *Meu Bem Querido*, de Djavan, e *Miraína*, de Vanderlei de Castro. **1. Discussão da Ata da 111ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Sr. Presidente:** Muito obrigado, mais uma vez. Serão sempre bem-vindos. Reabertos os trabalhos, eu consulto o Plenário se podemos dispensada a leitura da ata da sessão anterior, abrindo a oportunidade para que sejam propostas as retificações se necessárias. Podemos dispensar a leitura da ata? Quem for favorável se manifeste com o cartão de votação. Dispensada a leitura. A palavra está aberta aos Conselheiros que quiserem fazer uso no sentido de propor alguma retificação da ata. **Sra. Lisiane Becker:** Boa-tarde a todos. Eu só gostaria de colocar um pedido de revisão nas linhas 841 a 845. Está um tanto quanto confuso, nem eu entendi. É uma coisa menor, sobre a Semana da Água, só para constar. **Sr. Flávio Lewgoy:** O meu reparo é semelhante ao da Conselheira Lisiane. Não sei se foi deficiência minha, também não lembro a linha, mas diz ali que nenhuma parte é inferior à outra. Se eu disse essa frase eu me penitencio, porque eu não entendi. Foi na minha primeira intervenção. Quero que fique registrado que eu não compreendi. **Sr. Presidente:** Não havendo mais nenhuma retificação, sendo apontadas essas observações pelos Senhores Conselheiros, será levado em conta pela Secretaria de diligenciar a revisão. Em votação a aprovação da ata. Quem for favorável à aprovação da ata com essas ressalvas se manifeste com o cartão de votação. Contrários? Abstenções? Nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. Aprovada. Como o quorum não foi alterado passamos para a leitura da Ordem do Dia e eventuais pedidos de inversão de pauta. **Sr. Tiago Castagnetti:** Boa-tarde a todos, sejam bem-vindos a 112ª Reunião Ordinária do CONSEMA. A Ordem do Dia desta reunião é a Discussão da Ata da 111ª Reunião Ordinária do CONSEMA; Comunicações; Qualificação de

Municípios; Minuta de Resolução que dispõe sobre a regulamentação do licenciamento ambiental de terminais hidrovíarios para licenciamento e armazenagem de minérios; Apreciação e deliberação do Plano de Aplicação dos recursos do FEMA para o exercício de 2009; Perspectivas para um programa Estadual de controle de emissões de gases de efeito estufa: apresentação do Sr. Eduardo Wendling, Advogado membro da Comissão de Relações Internacionais da OAB e Assuntos Gerais. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** Boa-tarde. Sr. Presidente, conforme consta, textualmente, na ata que foi aprovada, na última reunião foi feita uma solicitação por parte das ONGs, que tivesse esclarecimento a respeito de procedimentos de licenciamento ambiental dentro da FEPAM, dispensando licenciamento de estudos técnicos de impacto ambiental. E consta, textualmente, que esta pauta teria sido acatada em Plenário para consta a pauta desta reunião. Hoje nós temos um Plenário cheio, temos muito interessante da sociedade em escutar sobre isso e não vimos esse tema na convocação. **Sr. Presidente:** Não é inversão de pauta, é pedido de esclarecimento. Como não chegaram até a formulação da pauta essas informações, até consultei o Tiago. Como não chegou, embora acatado, ficaria frustrada a inclusão na pauta. Então, por não ter chegado ainda essas informações, embora tenha outras informações que vão ser lidas em Comunicações, não houve a inclusão deste item. Só esse esclarecimento que eu faço, que não recebemos neste momento as informações solicitadas. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:** Não foram enviadas por quem? **Sr. Presidente:** Pelo próprio órgão ambiental, foi solicitado à FEPAM que encaminhasse as informações. Vieram outras informações, mas não essas. Conselheiro Paulo Brack, do INGÁ. **Sr. Paulo Brack:** Com relação a esse tema eu havia encaminhado um *e-mail* esta semana, após ter visto na pauta que não constava esse item e não recebemos resposta em relação a isso. Não sei se a Secretaria do CONSEMA recebeu o nosso *e-mail*, mas não recebemos resposta. Há uma outra questão que é relacionada, ficou para esta reunião, a chamada liberação da pesca do surubim e do dourado. O representante do IBAMA colocou a sugestão de pauta, que foi acatada, que é sobre a liberação da pesca desses dois gêneros de peixes que constam no livro de espécies ameaçadas. Então, também gostaríamos que essa questão estivesse aqui, inclusive, para podermos dar andamento, porque uma das sugestões nossas é que no caso de não haver nenhum estudo, que comprove que a liberação desses peixes pode. Então, essa questão também ficou pendente e nós não tivemos resposta em relação a isso. **Sr. Presidente:** Também não recebemos resposta, embora já tenha sido esclarecido ao Plenário, na época, que há um grupo de trabalho. A senhora, por favor, consigne sua inconformidade. Foi organizada esta pauta pela Secretaria em razão das informações disponíveis, com as informações que nos chegaram. Por isso que se estabeleceu também esta pauta, mesmo que tenham sido solicitados complementos ou dados, como as obras das barragens, que é outra que tenho a nítida lembrança; mas na inexistência de informações, para evitar o esvaziamento de pauta e eles não serem atendidos. Não sei se seria essa a sua inconformidade, a falta de informação em relação ao que havia sido pautado. Se os senhores me permitem, para evoluirmos, nós podemos tirar em Plenário, a própria Presidência do Conselho encaminha ofício à FEPAM, manifestando essa situação, a frustração da falta de alguns itens de pauta em razão da não prestação de informações. Se for acolhido pelo Plenário isso nós superamos a discussão da Ordem do Dia e passamos a enfrentar a Ordem do Dia. Se a senhora quer se manifestar não há problema. Independente disso todas as inconformidades serão registradas. **Sra. Eloísa Rodrigues Quines:** Boa-tarde. Nós, do SINDIÁGUA, queremos lembrar que fizemos um ofício solicitando esclarecimentos sobre os resíduos da UTRESA colocados no nosso CIPEL e queremos lembrar este Conselho que esses resíduos foram colocados em outubro e este mês está fazendo aniversário dos resíduos que foram colocados lá, o chorume nas bacias dos tratamentos da CIPEL. O objetivo é tratar os resíduos do CIPEL, são resíduos da UTRESA, de uma empresa terceirizada, privada, colocados lá. Então, estamos aguardando a destinação e queremos uma resposta oficial. **Sr. Presidente:** Consigne-se em ata a inconformidade, por não atendimento do que havia sido tratado em outra pauta. **Sra. Lisiane Becker:** Complementando o que as outras ONGs já falaram, eu não vejo como não pudesse ser colocado em pauta pelo menos um dos itens referentes a Braskem, que faz parte daquele ofício, que já foi solicitado pela Mira-Serra, pelo SINDIÁGUA, pelo Comitê Caí, há três ou quatro meses. Então, não sei porque hoje não foram trazidas informações sobre a Braskem. **Sr. Presidente:** Senhores, na condição de Presidente dos trabalhos vou prestar uma informação. Nós fizemos uma reunião hoje com o Secretário Otaviano e ele, na condição de Secretário, em relação ao afastamento da Dra. Ana, por motivo de férias, fez uma solicitação, na condição de Secretário, nem como de Presidente do Conselho, que exatamente essas pendências que foram informadas pela Secretaria fossem atendidas pela FEPAM, em razão de que em mais de uma oportunidade os ofícios são encaminhados ao Conselho e muitas vezes a resposta não vem, não vem a tempo, há um atraso na prestação dessas informações. Sra. Maria Elisa, seria para prestar as informações, informações formais? **Sra. Maria Elisa dos Santos Rosa:** Sim. Só estou aguardando a resposta de mais um. **Sr. Presidente:** Então, já que temos Assuntos Gerais, não vejo problema algum, já que estamos reiterando sobre a pauta, entram essas informações no final, em Assuntos Gerais. Podemos evoluir, algum pedido de inversão de pauta? **Sr. Paulo Brack:** Considerando que houve um atraso significativo na nossa reunião, considerando que em Assuntos Gerais é provável que o Plenário já esteja pela metade, é possível que não tenhamos nem *quorum* suficiente para deliberarmos. Considero que essa questão, já que ficou bem manifesta a fundamental importância, inclusive, com a presença da Diretora Técnica, a minha proposta é a inversão de pauta em relação a esse tema. **Sr. Presidente:** Seria a inclusão de pauta, nós já temos a Ordem do Dia pronta, por isso o cabível seria só em Assuntos Gerais. Eu não posso incluir em pauta algo que não estava, mas posso trazer em Assuntos Gerais. **Sr. Flávio Lewgoy:** Como disse o Colega Paulo, poderia não haver *quorum* quando chegasse em Assuntos Gerais, é o que costuma acontecer. Então, não teríamos como deliberar. **Sr. Presidente:** Se os senhores concordam, até para superar essa questão, deliberamos sobre a pauta, eu assumo o seguinte risco, mas, depois, que os senhores não critiquem. Superamos a questão da organização da Ordem do Dia antes de partir para o item Comunicações, aí a Dra. Maria Elisa presta as informações. Tudo bem? Em seguimento, as comunicações, por favor. **2. Comunicações. Sr. Tiago Castagnetti:** Em Comunicações, primeiro, as *justificativas de ausências*. Justificaram ausência: os *representantes das universidades públicas*, por motivo de compromissos acadêmicos; os *representantes das universidades privadas* pelo mesmo motivo. Os *representantes da FARSUL*, devido a compromissos profissionais. A *representante da Secretaria da Educação*, por motivo de viagem. O *representante do IBAMA*, também por motivo de viagem e a *FIERGS* por motivo de força maior. Também a *Secretaria das Obras Públicas* está indicando o Engenheiro Roberto Ortiz Pereira para representá-la na reunião de hoje. Em 13 de junho foi emitido um ofício à FEPAM, solicitando informações a respeito do monitoramento da qualidade das águas da Bacia Hidrográfica do Rio Caí, veio a resposta, chegou hoje, através do *Ofício FEPAM nº 10.195/08*, dizendo o seguinte: *Senhor Secretário, em atenção ao Ofício CONSEMA nº 207/08, encaminhamos, em anexo, o relatório de monitoramento da qualidade das águas da Bacia Hidrográfica do Rio Caí. Registramos que no corrente exercício houve descontinuidade das*

141 coletas nas áreas de monitoramento devido a dificuldades logísticas e de infra-estrutura, que foram contornadas. O  
 142 monitoramento naquela Bacia Hidrográfica do Rio Caí tem periodicidade trimestral e a amostragem foi reativada a partir  
 143 do mês setembro do corrente. Sendo o que se apresenta para o momento, atenciosamente, Maria Elisa dos Santos Rosa –  
 144 Diretora Técnica da FEPAM. **Sr. Presidente:** Os senhores requerem a leitura do relatório que acompanhou a informação?  
 145 Pode ser lido pelo Tiago. Nós podemos também disponibilizar, os senhores terão acesso. Pode ser assim? Seguinte. **Sr. Tiago**  
 146 **Castagnetti: Ofício Mira-Serra nº 045/08:** Prezados Conselheiros, vimos por meio deste solicitar que a Plenária desse  
 147 colegiado manifeste apoio ao encaminhamento dado na reunião do CNH, de 15 do corrente, relativo à precaução do  
 148 licenciamento de atividades no trecho a montante dos rios Santa Cruz e Caí, até a conclusão dos trabalhos das Câmaras  
 149 Técnicas do Conselho. Cordialmente, Lisiane Becker – Coordenadora-Presidente da ONG Mira-Serra. **Ofício nº 787/08,** do  
 150 SEMAPI: Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Conselho Estadual do Meio  
 151 Ambiente. O Sindicato dos Empregados e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas de Fundações  
 152 Estaduais do Rio Grande do Sul – SEMAPI, Entidade sindical de primeiro grau, com sede nesta capital, rua General Lima e  
 153 Silva, nº 280, vem com seu representante legal infra-afirmado manifestar sua surpresa com os termos da Portaria SEMA nº  
 154 52, de 17 de setembro de 2008, que cria e nomeia grupo de trabalho para análise dos critérios, requisitos e exigências ao  
 155 licenciamento dos estabelecimentos que comercializam, armazenam e mantêm em depósitos agrotóxicos em área urbana.  
 156 Vem solicitar ainda, que seja esclarecido ao SEMAPI, bem como a esse Conselho Estadual do Meio Ambiente, quais os  
 157 critérios de eleição das Entidades e pessoas indicadas, bem como da não-inclusão de setores como da saúde pública. Maria  
 158 Luiza da Paixão Prates – Diretora Colegiada do SEMAPI. Ainda em Comunicações, foi enviado a Dra. Ana Maria Pellini  
 159 um **documento do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens**, que diz o seguinte: Senhora Diretora, ao ensejo de  
 160 saudá-la estamos encaminhando uma via do relatório de monitoramento da fauna, em atendimento ao item 2.7 TRI nº  
 161 012/97-IBAMA, referente ao período de julho de 2008, da Rodovia Rota do Sol RS 453, RS 486, Tainhas, Terra de Areia,  
 162 solicitando que seja enviado ao CONSEMA. Então, chegou juntamente com o relatório onde constam os materiais coletados,  
 163 enfim. Seriam essas as comunicações, Sr. Presidente. **Sr. Paulo Brack:** Em relação à questão dos agrotóxicos do SEMAPI,  
 164 não sei se ficaria para Assuntos Gerais o encaminhamento desses ofícios. **Sr. Presidente:** São informados, já foram  
 165 encaminhados. **Sr. Paulo Brack:** Nós poderíamos em Assuntos Gerais tratar o encaminhamento. Está certo. **Sr. Presidente:**  
 166 A Dra. Maria Elisa deve ter se retirado. Se os senhores concordam passamos para a Qualificação, com o retorno dela com  
 167 aqueles dados que ela informou que faltavam nós retomamos, se o Plenário assim entender. Pode ser assim? Consulto o  
 168 Plenário, quem se manifesta favorável? Contrário? Abstenções? Cinco abstenções. Então, o próximo item de pauta é a  
 169 Qualificação de Municípios. **3. Qualificação de Municípios. Sr. Tiago Castagnetti:** Em Qualificação de Municípios nós  
 170 temos hoje para apreciar o Município de Santo Antônio do Planalto e também o Município de Severiano de Almeida. **Sr.**  
 171 **Presidente:** Há algum representante de algum dos municípios? Parece que há de Santo Antônio do Planalto. **Sr. Niro Afonso**  
 172 **Pieper:** Boa-tarde a todos, boa-tarde, Sr. Presidente. Nós temos hoje na pauta dois municípios apenas, mas, com satisfação,  
 173 dois municípios que entraram com sua documentação ainda em 2008. Então, com rapidez chegaram ao Plenário. Vamos  
 174 iniciar, até pela presença de representantes, com o **Município de Santo Antônio do Planalto.** É um município às margens da  
 175 BR 386, região do Alto Jacuí, divisor de águas da região hidrográfica. População de 2.029 habitantes, uma área  
 176 aproximadamente de 200Km². O Conselho Municipal é composto por dez Entidades, sendo cinco Secretarias Municipais,  
 177 sociedade civil, sendo representantes da EMATER, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Associação Comercial Industrial  
 178 e a (inaudível) de águas. A estrutura municipal é uma Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, sendo como licenciadores  
 179 Lisiane Borges da Silva, que é servidora efetiva e está presente no Plenário. O fiscal ambiental é também servidor efetivo,  
 180 inclusive, com o cargo de fiscal. Temos geólogo, geógrafo para as atividades que desenvolve no município. A base da região,  
 181 portanto, também do Município de Santo Antônio do Planalto, é a agropecuária, com destaque para a produção de grãos e a  
 182 pecuária de leite e corte, com um possível incremento na região do confinamento de suínos e aves, em função da progressão  
 183 na região dessa atividade, especialmente com a instalação da Aurora em Carazinho, município vizinho. Os principais  
 184 impactos ambientais: redução da biodiversidade, deficiência no esgotamento sanitário, a contaminação química dos solos, a  
 185 contaminação no assoreamento e cursos d'água, a ocupação desordenada do espaço urbano e rural, os resíduos sólidos da  
 186 construção civil e a degradação de matas ciliares. Esses temas todos vêm bastante desenvolvidos e descritos no plano  
 187 ambiental. O município também se propõe a realizar os seguintes projetos: fiscalização ambiental, criação de bosques  
 188 temáticos e foi debatido na Câmara Técnica sobre a possibilidade da criação, implantação de unidade de conservação,  
 189 inclusive, não está no projeto, porque por enquanto a área potencial para isso é uma área privada, mas já estão em tratativas  
 190 com o proprietário para saber que tipo de unidade poderia ser criada. Os outros programas e projetos: manutenção e  
 191 recuperação da mata ciliar; arborização urbana, a implantação de trilha ecológica para a educação ambiental e a coleta  
 192 seletiva e gerenciamento integrado. Alguns desses projetos estão em execução. Quanto às pendências, foi estacado, na  
 193 verdade, a necessidade de um aprofundamento no planejamento. Então, bem direcionado, bem alinhado, poderia ser mais  
 194 detalhado em algumas coisas, com a Câmara Técnica assimilando essa possibilidade de na revisão aprofundar pontos mais de  
 195 cunho técnico no planejamento. Em especial e com destaque para o saneamento ambiental. O parecer foi aprovado na  
 196 Câmara Técnica por unanimidade e por isso está para a apreciação do Conselho. **Sr. Presidente:** Em relação a outras  
 197 oportunidades, alguns Conselheiros têm manifestado interesse em se debater processo por processo de qualificação. Então,  
 198 entra em discussão ou pedido de esclarecimento o processo de qualificação do Município de Santo Antônio do Planalto. **Sra.**  
 199 **Lisiane Becker:** Eu gostaria de deixar claro o mesmo critério que tem se adotado dentro da Câmara Técnica, que é a  
 200 convergência, a consonância dos programas e projetos com os principais impactos. Eu não encontrei nenhum projeto a ser  
 201 desenvolvido sobre metais pesados e contaminação química do solo. São impactos bastantes graves e que não encontram  
 202 respaldo em nenhum programa, nenhum projeto. Esse seria o principal critério, ao meu ver, para não aprovar, porque nós  
 203 estamos sempre fazendo isso na Câmara Técnica, ter consonância dos projetos. Nós vamos ter que adequar bastante. **Sr.**  
 204 **Presidente:** Mais algum esclarecimento? O Pieper faz questão de fazer os esclarecimentos. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Na  
 205 realidade, os Conselheiros receberam um relatório completo e destaquei aqueles que têm um formato de programas e  
 206 projetos, mas o plano ambiental lista algumas metas, constam no plano, apenas não estão no formato aqui da apresentação.  
 207 Está aqui: zoneamento ambiental; plano de gerenciamento de resíduos sólidos, não apenas coleta seletiva de resíduos  
 208 urbanos; um plano de ação na área florestal; licenciamento ambiental municipal; licenciamento sanitário; monitoramento da  
 209 qualidade da água; fiscalização de composição clandestina de resíduos; monitoramento de lixo hospitalar; educação

210 ambiental, etc. **Sr. Presidente:** A palavra à disposição dos Conselheiros. Entra em regime de votação, mas, antes disso, não  
211 sei se alguém do município gostaria de se manifestar. Então, em regime de votação, quem é favorável à qualificação do  
212 Município de Santo Antônio do Planalto ao licenciamento das atividades de impacto local, que se manifeste com o cartão de  
213 votação. Quem é contrário? Quatro. Quem se abstém? Duas abstenções. Aprovado. Parabéns ao município, que passa a poder  
214 fazer a gestão das atividades de impacto local. Eu convido os técnicos do Município de Santo Antônio do Planalto, já é um  
215 hábito a Conselheira Lisiane fazer a entrega de algum documento que enriquece e qualifica a gestão ambiental dos  
216 municípios. **Sra. Lisiane Becker:** Eu entrego ao município um exemplar da edição *Mata Atlântida - Uma Rede pela*  
217 *Floresta*. Eu espero que isso ajude o município a ter uma gestão ambiental efetiva. **Sr. Presidente:** Obrigado. O próximo  
218 processo é o 13420500075-5, *Município de Severiano de Almeida*. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Sr. Presidente, o Município de  
219 Severiano de Almeida fica às margens da Barragem de Itá, faz um trabalho bastante interessante, em conjunto com um  
220 consórcio, em educação ambiental e de recuperação. Isso fica latente no plano ambiental, mas mais ainda pelo entusiasmo,  
221 falei com o Prefeito quando estive na Câmara Técnica, o fato de já estar implantando uma unidade de conservação, uma área  
222 doada pelo próprio consórcio. Faço questão de fazer esse destaque, que é uma das formas de preservação ambiental, que é a  
223 criação de unidades de conservação, característica comum dos dois municípios. Severiano de Almeida fica na região do Alto  
224 Uruguai, com uma população de 4 mil habitantes, uma área aproximada de 200Km<sup>2</sup>. O Conselho Municipal de Severiano  
225 também tem a paridade e também são secretarias municipais, são quatro também as Entidades da sociedade civil, uma  
226 associação de suinocultores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a EMATER. A equipe é um Departamento de Meio  
227 Ambiente vinculada a Secretaria do Desenvolvimento, composta por servidores efetivos, sendo o licenciador Maria de Fátima  
228 Jacoboski, o fiscal ambiental é Eli Batista, respectivamente biólogo e funcionário público concursado. A equipe  
229 multidisciplinar mantém ainda á disposição uma bióloga, um geólogo, químico, industrial, engenheiro florestal e engenheiro  
230 agrícola. A base econômica é agricultura e produção com grãos, região de minifúndios, se não me falha a memória, uma área  
231 média de 12 hectares. É uma produção bastante diversificada, com pecuária de leite, de corte, produção de grãos, suinocultura  
232 e agricultura. Os principais impactos das atividades, não está referido aqui, mas tem uma lista de distritos industriais  
233 comerciais de pequeno porte, mas que existem mais na área moveleira. Os principais impactos ambientais: redução da  
234 biodiversidade, esgotamento sanitário, contaminação química dos solos, contaminação e assoreamentos dos cursos de água,  
235 comercialização de agrotóxicos sem licença e/ou sem autorização, emprego de tecnologias na área (*inaudível*), resíduos  
236 sólidos em locais privados, degradação de mata ciliar. Os programas e projetos: destinação correta das embalagens de  
237 agrotóxicos, a implantação de um bosque em uma escola municipal, a recuperação de mata ciliar, a construção de cisternas e  
238 reservatórios, a construção de um galpão de reciclagem. Aqui consta construção, mas é a ampliação de um galpão de  
239 reciclagem. Também a campanha sobre a coleta, a permanência da coleta seletiva e o estudo técnico de impactos e  
240 preservação ambiental, que é essa are que eu referi inicialmente, adquirida por doação pelo consórcio. As pendências são  
241 relativas ao aprofundamento do planejamento das ações de saneamento, a revisão do zoneamento ambiental. E é interessante  
242 fala sobre isso, porque não é o primeiro município que apresenta o zoneamento como este de Severiano de Almeida, ao nosso  
243 ver e da Câmara Técnica com algum defeito. Então, por isso se pediu a revisão. Foi aprovado por unanimidade. Ra isso, Sr.  
244 Presidente. **Sr. Presidente:** Em discussão, o Professor Lewgoy primeiro. **Sr. Flávio Lewgoy:** Eu estou notando a  
245 continuidade dessas observações, pendências. Parece que são constantes esses problemas, mas, em todos os casos, a  
246 aprovação foi por unanimidade, isso me deixa perplexo. Realmente, se o planejamento é superficial, porque se tem que  
247 aprofundar é superficial, quer dizer, não é satisfatório. Tradução para o português correto: não é satisfatório; isso é  
248 metafórico. Revisão do zoneamento também é uma coisa importante, eu acredito que devesse ser devolvido à comissão  
249 respectiva a petição do município para que voltasse querendo quando tivesse essas pendências solucionadas, até porque tenho  
250 visto que nós aprovamos, mas tudo tem um limite. Quer dizer, e as cobranças? Como a gente faz a cobrança, digamos, daqui  
251 doze meses? Se melhoram, se fizeram. Então, eu vou ser contrário à aprovação. **Sr. Paulo Brack:** Na mesma linha do  
252 Professor Lewgoy, creio que se há pendências não pode ser aprovado. Causa-me espanto que tenha votos favoráveis, às  
253 vezes, aqui. Eu gostaria que mais Conselheiros se manifestassem, porque a gente se desgasta, na realidade, nós não temos  
254 controle do que está acontecendo nos municípios. Nós vamos ter que ter uma radiografia anual de como está funcionando,  
255 como estão as equipes, até aqueles documentos que nós pedimos em relação à inexistência de conflito de interesse. Eu creio  
256 que é importante que se tenha esse controle em relação ao que está acontecendo nos municípios. Eu vejo que existem  
257 questões que não estão claras, eu gostaria até que tivessem outras pessoas que levantassem algumas questões, porque são  
258 sempre os mesmos, parece que somos os chatos nesta questão. **Sra. Lisiane Becker:** No primeiro momento concordo com os  
259 Conselheiros das outras ONGs, no entanto, observo que para essas pendências eu não vejo ligação, a pendência que chega  
260 aqui com a reprovação do município. Na Câmara Técnica essas pendências foram consideradas como um aprofundamento,  
261 como uma revisão. No meu ponto de vista de análise, vejo o seguinte: se nós temos uma revisão é porque já existe lago  
262 pronto, ao contrário de outros municípios que nem isso tem. Isso sim é um motivo bastante sério por nós termos aprovado,  
263 nós que eu falo é a Plenária, não nós ONGs, mas nós temos aprovado municípios que nem sequer tem um zoneamento para  
264 aprofundar, nem tem um plano a ser formulado. Então, nesse sentido eu vejo que nós temos um trabalho sim de constatação  
265 desses municípios, que, efetivamente, cumpram essas pendências que nós aprovamos aqui. Reforço que também não aprovo  
266 municípios que chegam aqui, que são qualificados sem ter um zoneamento, nenhuma análise ou planejamento nós mínimo.  
267 Esses municípios são de pequeno porte, eu até me admirei com este pela formação de qualidade de conservação. Então, é um  
268 aspecto positivo, no seu plano ambiental tem níveis bastante favoráveis, o pessoal também envolvido. **Sr. Presidente:** Eu  
269 pedi que o Pieper trouxesse a espacialização do Estado, a relação, número de municípios, a população abrangida pelos  
270 municípios que licenciam e os que não licenciam. É uma pena, mas o Pieper não trouxe. Professor Flávio, eu até pedi que o  
271 Pieper colocasse aquela regrinha da nossa atribuição, onde prevê que uma vez aprovado o município, em havendo pendência  
272 tem um prazo para o atendimento, sob pena de censura, moção, até o encaminhamento ao Ministério Público. **Sr. Niro**  
273 **Afonso Pieper:** Primeiramente, queria esclarecer que são assuntos superados neste Conselho, nós temos o controle do Estado  
274 sobre o município. Segundo, o relatório das pendências foi apresentado em 17 de julho, que foram atendidos. Portanto, estes  
275 são pequenos detalhes a serem adequados e que estão sendo solicitados e atendidos pelos municípios, e justamente pela  
276 deficiência de um mapa não deixarem de iniciar as suas competências. A informação que o Sr. Presidente pediu é sobre o  
277 prazo disso, o município deve informar até 31 de março. Outro detalhe, quando é aprovado na comissão para ir para a  
278 Câmara Técnica, para vir para o CONSEMA, é justamente porque já são detalhes, são aperfeiçoamentos para a perfeição

279 mesmo do plano ambiental. **Sr. Leonel Freitas Menezes:** Logicamente, não tenho procuração nenhuma para defender o  
280 município, mas por ocasião do Congresso Municipal de Nova Prata, tive a oportunidade de conversar com o engenheiro  
281 florestal responsável por esse projeto. Realmente, fiquei surpreso, porque o planejamento que eles fizeram e o  
282 estabelecimento dessa unidade de conservação, realmente, não vai ficar só nisso. Eles têm um plano junto com outros  
283 municípios que tiveram influência da Barragem de Itá, de fazer o estabelecimento de corredores de fauna e outros programas  
284 na área ambiental para minimizar os impactos da barragem. Então, é um município muitíssimo organizado, até porque tem os  
285 royalties da barragem e tem o compromisso do executivo de os projetos ambientais que foram colocados no papel, o  
286 executivo vai liberar as verbas para serem executados. Apesar de um município pequeno tem toda a condição de tocar e  
287 melhorar o aspecto ambiental. **Sr. Presidente:** A palavra à disposição dos Conselheiros. Mais alguma manifestação? Então,  
288 entra em processo de votação o Município de Severiano de Almeida, para o licenciamento das atividades de impacto local.  
289 Quem é favorável se manifeste com o cartão de votação. Dezesete. Contrários? Abstenções? Dois contrários e uma  
290 abstenção. Aprovado. Há algum representante do município? Não. Então, registre-se em atendimento que a Conselheira  
291 Lisiane está entregando uma publicação a respeito do Bioma Mata Atlântida, a Secretaria vai fazer contato com o município e  
292 fará o encaminhamento. Como nós havíamos conversado, Dra. Maria Elisa, a senhora pode prestar aquelas informações. **Sra.**  
293 **Maria Elisa dos Santos Rosa:** Boa-tarde a todos. Eu não vou ler, mas vou começar pela Braskem. No caso da Braskem, o  
294 que nós tínhamos? Temos um pólo petroquímico com uma zona de amortecimento, conforme foi fixado. Não lembro, mas  
295 acho que seis meses antes do funcionamento do pólo fui chefe da regional, também participei dos estudos de impacto  
296 ambiental na primeira e segunda etapa da ampliação do pólo. O que se discute em um estudo de impacto ambiental? A  
297 localização e a tecnologia. Para a Braskem a tecnologia melhor, a mais adiantada era o plástico verde. A unidade está  
298 instalada dentro da área interna da COOPESUL, os efluentes líquidos são perfeitamente absorvidos dentro da sua unidade de  
299 tratamento, é uma unidade pequena. A operação da unidade vai dar um incremento em termos de emissões atmosféricas na  
300 ordem de 0,44% de SO<sub>2</sub>, 1,5% de NO<sub>x</sub> e 1,9% de CO<sub>2</sub>. Os impactos gerados, além de serem conhecidos, eles são  
301 perfeitamente absorvidos dentro da área de influência do pólo petroquímico. A lei também faculta que um parecer técnico  
302 pode dispensar o estudo de impacto ambiental. No nosso caso, nós temos um tempo, não sei de quanto, para aterros  
303 industriais, até um determinado percentual de geração, nós temos dispensa de estudo de impacto ambiental. O que importa é  
304 o tamanho e o impacto da atividade. **Sr. Presidente:** Questionamentos. **Sra. Lisiane Becker:** Eu gostaria que essa  
305 apresentação tivesse um maior aprofundamento, como foi listado pela ONG, porque são 15 dias para a concessão da Licença  
306 Prévia. Outra coisa que eu achei estranho é se não houve uma visão do aspecto de bacia hidrográfica, no contexto do arroio  
307 (*inaudível*), que teve uma classe dois. **Sra. Maria Elisa dos Santos Rosa:** Depois do canal sul tem mediação. **Sra. Lisiane**  
308 **Becker:** Mesmo assim, isso foi na primeira fase do projeto, porque a Braskem tem uma segunda fase do projeto, pelo menos  
309 foi anunciado. Eu vou deixar encaminhado, porque como já havia uma previsão de que não seria encaminhado esse assunto  
310 na pauta, até a pessoa encarregada, que trabalha mais com isso não compareceu, porque não estava na previsão da pauta.  
311 Então, eu gostaria, conforme foi pedido, como foi deliberado pela Plenária, que nós teríamos uma apresentação formal,  
312 gostaria que a senhora viesse em uma próxima ocasião com um material que a gente possa acompanhar, com uma visão mais  
313 detalhada para que a gente possa fazer questionamentos mais adequados. **Sra. Maria Elisa dos Santos Rosa:** Não há  
314 problema algum. **Sr. Presidente:** Já temos essa informação mais embrionária, então, a senhora prepara uma apresentação a  
315 respeito disso, com uma fundamentação técnica e traz na próxima sessão do Conselho. Questiono o Plenário se está bom  
316 assim. **Sr. Luiz Antônio B. Germano da Silva:** Até como proposição de encaminhamento, ficou uma série de pendências, a  
317 Dra. Maria Elisa estava prestando os esclarecimentos. Então, sugiro fazer como a medida provisória no Congresso, enquanto  
318 não vencidas todas essas explicações a reunião do CONSEMA não prossegue, tranca a pauta. **Sr. Presidente:** Isso seria anti-  
319 regimental. Eu penso que nós poderíamos ficar com este compromisso, já agendado neste ato, nesta sessão do Conselho, que  
320 já venha a apresentação, todos esses dados técnicos e que sejam encaminhados antecipadamente para a Secretaria, para que se  
321 possa avisar os Conselheiros. Então, fica o compromisso. Tem outras pendências, mas leia o outro, Dra. Maria Elisa. **Sra.**  
322 **Maria Elisa dos Santos Rosa:** Eu peguei cada um dos considerandos que fazia parte daquele documento e trouxe para a  
323 reunião. *Processo administrativo 0018110567083, empreendedor: Velocim Brasil Participações e Consultoria Empresarial.*  
324 *Para a emissão da licença ambiental foi considerado, além da legislação ambiental vigente, a integrada exigência por parte*  
325 *da Agência Nacional de Energia Elétrica, de que esse empreendimento para participar de revisões de energia tivesse*  
326 *formalmente documento de licença prévia, emitido pelo órgão ambiental. A área proposta para a instalação está articulada*  
327 *fora da região metropolitana de Porto Alegre, não estando em área crítica de poluição atmosférica e sim em local já*  
328 *antropizado, não tendo verificado situações que inviabilizasse a presença do empreendimento na área proposta. Além disso,*  
329 *devido à situação energética do sentido, a necessidade de novas usinas, face ao aumento da demanda por energia e o*  
330 *empreendimento se caracterizar como uma usina de ponta, entrando em operação somente em períodos críticos de demanda,*  
331 *entendeu-se como necessária a liberação da licença. Ela não vai alterar continuamente. **Sr. Presidente:** O Rogério,*  
332 **Conselheiro do NAT. Sr. Rogério Rammé:** Primeiramente, boa-tarde, é a primeira reunião do Conselho que participo. **Sr.**  
333 **Presidente:** Seja bem-vindo. **Sr. Rogério Rammé:** Muito obrigado. A minha formação é jurídica, até um dos fatores de eu  
334 ter vindo hoje seria a questão desses esclarecimentos. Então, gostaria de fazer uma pergunta pontual sobre essa questão, que é  
335 o seguinte: se nós formos analisar a legislação, a gente vê que o objetivo da Licença Prévia é o órgão ambiental faça a análise  
336 da viabilidade ambiental do empreendimento. E toda doutrina de Direito ambiental posta hoje em circulação diz que o estudo  
337 prévio de impacto ambiental, muito embora a legislação seja um pouco nebulosa na questão de dizer claramente que o estudo  
338 deve anteceder a LP, pela lógica do sistema, acho que todos os órgãos ambientais do Brasil fazem isso, exige-se um estudo de  
339 impacto ambiental antes da concessão da LP. Eu acho que está havendo uma inversão aqui, estou falando só no aspecto  
340 técnico, até para esclarecer para as ONGs. O que as ONGs necessitam é o esclarecimento a respeito disso, essa ânsia às vezes  
341 parece uma fúria radical, ideológica, mas não é, é termos os esclarecimentos, sabermos como o órgão ambiental está  
342 pensando. Se o objetivo da LP é analisar a viabilidade ambiental do empreendimento, como a FEPAM vai dar a LP para uma  
343 termoeletrica condicionando que o estudo de impacto ambiental se conclua *a posteriori*? Que viabilidade ambiental é essa  
344 que foi atestada? Aí a gente pára nessa questão do leilão, a gente entende que esses empreendimentos são tidos pela maioria  
345 da sociedade como de interesse público, nós temos que submetê-los a um leilão. Aí eu fico pensando: o empreendedor, no  
346 momento em que ele adquire a concessão da energia, já com uma LP dada pelo órgão ambiental. Então, na cabeça do  
347 empreendedor o empreendimento foi avaliado ambientalmente viável pelo órgão, aí investe o seu dinheiro e adquire a

348 concessão, um ano depois vai ser concluído o estudo de impacto ambiental, que poderá dizer que o empreendimento não é  
349 viável, mas aí o empreendedor já investiu dinheiro. Isso vai gerar talvez até um problema para o Estado. Agora, o  
350 empreendedor investiu com a garantia de que, nós cabeça dele, que o empreendimento é viável ambientalmente. Então,  
351 parece-me que o Estado está atropelando um pouco as coisas nesse aspecto. É importante eles participarem do leilão, que  
352 participem os empreendimentos que já e submeteram aos estudos de impacto ambiental previamente. Nós temos uma posição  
353 do órgão ambiental como está raciocinando, senão é preciso concluir um estudo de impacto ambiental para dar LP, ou é só a  
354 questão do leilão? A gente quer esse esclarecimento. **Sra. Maria Elisa dos Santos Rosa:** Talvez nós devêssemos ter uma  
355 reunião na Câmara Técnica exclusivamente para estudos de impacto ambiental, senão, daí, nós vamos começar a discutir  
356 tudo. Eu poso te dizer que o estudo de impacto ambiental na apresentação de locais, de alternativas locais. Quer dizer,  
357 nós tentamos garantir o máximo que esses itens fossem discutidos, foi uma saúde formal de se atender. E em qualquer tempo  
358 a tua licença pode ser modificada ou cassada. Esse é um recurso que foi usado pelo órgão ambiental. Eu pediria aos  
359 Conselheiros, eu estou aqui tentando explicar, vocês podem até discordar, mas, por favor, não ironizem. Eu estou tentando  
360 explicar da melhor maneira possível. **Sr. Presidente:** Está inscrita a Conselheira Lisiane e depois o Conselheiro Lewgoy.  
361 **Sra. Lisiane Becker:** Eu gostaria de passar a palavra para ela. **Sr. Presidente:** Em Assuntos Gerais. **Sra. Lisiane Becker:**  
362 Ela não pode se manifestar? **Sr. Presidente:** Como convidada ela se inscreve na Secretaria e lhe é concedida a palavra no  
363 final, em Assuntos Gerais. Então, a senhora não vai se manifestar? O Professor Lewgoy, então. **Sr. Flávio Lewgoy:** Doutora  
364 Elisa, essa termoeletrica, qual o combustível que ela usaria? O carvão, evidentemente. Aí nós temos um problema, porque  
365 como foi concedida a Licença Prévia quando se sabe que a queima do carvão é muito poluente? O fato de estar situada em  
366 uma área antropizada, quer dizer, onde a influência humana já produziu marcas e cursos d'água a terrenos devastados.  
367 Suponho que seja isso o emprego de eufemismos e metáforas quanto ao pisar. O que tem que se considerar é o seguinte:  
368 emissões atmosféricas em casos de termoeletricas são básicas, são fundamentais, e se sabe que carvão é sinônimo de poluição  
369 atmosférica em grau máximo. Então, eu não sei como foi concedida a licença. Eu costumo dizer o que penso, tenho este  
370 péssimo hábito, eu não uso rodeios, estou já perfeitamente, não sei se esse é o termo, "curtido", mas uma pessoa que já esteve  
371 na intempérie, já sofreu algumas coisas, tem experiência. **Sra. Maria Elisa dos Santos Rosa:** Todos nós temos, Conselheiro.  
372 **Sr. Flávio Lewgoy:** Sim. E lhe conheço desde o início, a gente brigou um pouco, não foi? É. Então, é o seguinte:  
373 termoeletrica a carvão, em primeiro lugar, é uma coisa lamentável, mas pelo menos nos digam onde está o estudo de impacto  
374 ambiental. Então, que pusesse uma usina eólica. Maravilha, aí eu até fecharia os olhos para a Licença Prévia! Não teria  
375 muitos problemas, mas termoeletrica a carvão, vão me perdoar. O que eu estou dizendo é que nesse caso o órgão ambiental  
376 realmente deixou escapar uma oportunidade de dar uma decisão contrária. E não me parece que haja tanta demanda de  
377 energia assim. Aí quero ver o que o representante da Sociedade de Engenharia tem a nos dizer, porque temos projetos  
378 monstruosos em Candiota para exportar energia. Então, eu fico perplexo com isso. **Sr. Presidente:** A palavra continua aberta.  
379 Depois nós temos um pedido de esclarecimento referente ao licenciamento para o SAMAE em Caxias. **Sra. Maria Elisa dos**  
380 **Santos Rosa:** Não temos nada agora. Este aqui é de Taquari/Taquarembó. **Sr. Presidente:** Então, preste os esclarecimentos.  
381 **Sra. Maria Elisa dos Santos Rosa:** *Encontra-se registrado nos autos de um processo licenciamento ambiental das*  
382 *barragens de Jaguari e Taquarembó a ocorrência de liminar do Ministério Público para a suspensão do licenciamento*  
383 *prévio, emitido pela FEPAM em 2007, com validade restrita a 12 meses. Relevante se faz trazer ao conhecimento dos*  
384 *membros do CONSEMA a informação de que es liminar motivou o acordo entre MP e FEPAM por te ro Ministério Público*  
385 *entendido o caráter estratégico da Licença Prévia, emitida a pedido do Sr. Secretário da Irrigação do Estado do Rio Grande*  
386 *do Sul, com o objetivo único de garantir a viabilidade de recursos do PAC para essas importantes obras de caráter social,*  
387 *estando listadas como obras prioritárias do Governo Federal e Governo Estadual. O princípio da precaução, que sempre*  
388 *norteou os atos da FEPAM, foi mantido e foi reforçado no acordo, e recebeu homologação do Poder Judiciário em outubro*  
389 *de 2007. Foi, então, mantida a necessidade de atendimento aos procedimentos previstos para o licenciamento regular, o*  
390 *estudo de impacto ambiental, com fases a serem cumpridas pela FEPAM, o que vem pautando a ação desta Fundação na*  
391 *análise ambiental, com vista à emissão da LP com o estudo de impacto ambiental. Em 10 de março de 2008 a FEPAM*  
392 *informou o Poder Judiciário o cumprimento dos pré-requisitos estipulados no acordo para o desenvolvimento dos estudos*  
393 *ambientais. As audiências públicas puderam, então, ser realizadas dias 8 e 9 de julho de 2008, complementações e as*  
394 *devidas avaliações das contestações foram consideradas. No dia 15 de outubro de 2008 foi emitida a renovação de LP, com*  
395 *estudo de impacto ambiental para a barragem do arroio Taquarembó, em conformidade com o estabelecido no acordo*  
396 *citado.* **Sr. Presidente:** Prestados os esclarecimentos. Algum questionamento dos senhores? O Conselheiro Germano foi  
397 citado, por gentileza. **Sr. Luiz Antônio B. Germano da Silva:** Antes de responder ao Professor Flávio, queria dizer uma  
398 coisa, nós estamos aqui diante de dois problemas, o primeiro problema é em função da legislação existente, pode ou não o  
399 órgão ambiental emitir Licença Prévia sem o devido estudo de impacto ambiental, sabendo-se que existe legislação específica  
400 e entendimentos específicos. A segunda seriam os esclarecimentos técnicos, que nós estamos tratando aqui, se nós  
401 estivéssemos esses estudos nós teríamos todos esses esclarecimentos, mas os técnicos poderão fazer isso na próxima reunião.  
402 Quanto ao Dr. Flávio eu diria o seguinte: realmente, de energia nós necessitamos, o Estado precisa de energia. Entretanto,  
403 existe hoje tecnologias bem mais limpas do que a queima de carvão, depende muito de onde vai ser colocada, mas aí vem o  
404 estudo de impacto, que basicamente determina se o empreendimento é ambientalmente correto naquele local. Então, de  
405 energia nós precisamos, mas poderíamos trabalhar com a geração de energias bem mais limpas. **Sr. Paulo Brack:**  
406 Retomando a questão das duas barragens na região sul, podem ver que as florestas na metade-sul, grande parte estão restritas  
407 aos cursos d'água. Então, essas duas barragens vão inundar mais de 3 mil hectares, sendo que as duas áreas seriam cerca de  
408 1.100 hectares de floresta. A presença de empreendimentos que vão colocar em risco espécies ameaçadas de extinção, a  
409 Licença Prévia desconsiderando essa questão de espécies ameaçadas, desconsiderando a princípio da precaução de como vai  
410 se fazer se não temos nenhum conhecimento da existência dessas espécies. E a partir de uma leitura dos impactos ambientais  
411 eu tive a oportunidade, inclusive, fiz algumas considerações em relação aos dois empreendimentos que causariam o corte de  
412 mais de 1.500 milhões árvores, o que equivaleria à urbanização de Porto Alegre ou um pouco mais. Então, não é pouco, eu  
413 acho que darmos uma Licença Prévia simplesmente pensando em um programa governamental, desconsiderando a existência  
414 de dezenas de espécies de plantas, centenas até, animais ameaçados, como gato-do-mato e outros mais, porque eles vão se  
415 abrigar nessas matas. No momento em que você inunda essas matas vai acabar com os habitats, com a floresta que é o habitat  
416 principal dessas espécies. Então, proponho que o CONSEMA venha a colocar a sua posição contrária à emissão de licenças

417 prévias sem estudos de impacto ambiental, no caso de empreendimentos como este, médio ou grande impacto. Eu acho que  
418 seria uma das questões pendentes e que este Conselho tomasse uma posição, porque estamos diante de um procedimento  
419 irregular, contra a lei. O CONSEMA vai ficar em silêncio em relação a isso? Então, a minha proposta é que o CONSEMA,  
420 para fortalecer as políticas ambientais, diga – *Nós vamos seguir a lei e somos contrários à emissão desse tipo de licença.* **Sra.**  
421 **Lisiane Becker:** Eu gostaria de pedir cópia do que foi lido pela Conselheira Elisa, também pedir, porque não é a primeira vez  
422 que nós temos esse tipo de situação, de alguém não pode falar pelo titular. Eu não achei no Regimento Interno, porque não é  
423 a primeira vez que acontece isso. **Sr. Presidente:** Aqui tem, eu sempre tive essa cautela, até para poder dar fluxo ao trabalho.  
424 No art. 27 – *A manifestação dos não-membros do Conselho obedecerão a inscrição preliminar na Secretaria Executiva e*  
425 *apreciação pelo Plenário.* Conselheiro Germano, por favor. **Sr. Luiz Antônio B. Germano da Silva:** Eu gostaria de  
426 comentar com os Conselheiros que tramita hoje na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos uma proposição de resolução do  
427 CONSEMA, depois passará por este Conselho, obviamente, uma proposição de que assuntos desse tipo, Sr. Paulo Brack, eles  
428 iriam para uma Câmara Técnica do CONSEMA, em caso de dificuldade ou de não-resposta por parte do órgão ambiental  
429 FEPAM. Então, ele iria para as Câmaras Técnicas, depois viria a recomendação deste Conselho para o órgão ambiental, o que  
430 fazer em relação aquele empreendimento, empreendimentos que sejam complicados em termos de licenciamento. Também,  
431 essa Câmara Técnica agiria como órgão supletivo, que hoje quando a FEPAM não dá uma resposta em tempo, o empreendedor  
432 teria condições de ir a um órgão supletivo, que hoje é o IBAMA, normalmente volta para a FEPAM. Então, também essa  
433 Câmara Técnica teria um Carter supletivo. Isso é muito parecido com o que acontece em outros Estados, que existem  
434 Conselhos Regionais de Meio Ambiente, esses Conselhos se reúnem e todos os licenciamentos passam pelos Conselhos  
435 Regionais. Tramita também, inclusive, com o apoio da SEMA, depois traríamos para este Conselho para que se analisasse  
436 esse aspecto. **Sr. Flávio Lewgoy:** Eu quero me associar à Conselheira Lisiane, solicito também cópia do que a Dra. Elisa leu.  
437 Até mais, toda a documentação que existir, não apenas a folha de papel que ela leu, bem sucinta. Eu quero toda a  
438 documentação que embasou aquele resumo que ela leu. **Sra. Maria Elisa dos Santos Rosa:** Eu não trouxe. **Sr. Flávio**  
439 **Lewgoy:** Mas pode trazer na próxima, não pode fazer cópia? Pode. Estou solicitando formalmente. **Sra. Lúcia Schild Ortiz:**  
440 Quero reforçar o que foi colocado no encaminhamento do Conselheiro Germano, para dizer que além de um encaminhamento  
441 no sentido de que o CONSEMA se pronuncie sobre qual seria essa regulamentação na questão do estudo prévio de impacto  
442 ambiental, que o CONSEMA possa resolver essa questão nebulosa. Mais do que isso, o nosso esclarecimento é em relação à  
443 mudança de atitude da FEPAM, a mudança de ritos processuais que a gente tem na FEPAM. Quando a gente lê outros  
444 procedimentos de licenciamento ambiental, até trouxe aqui um dos licenciamentos dados pela FEPAM, uma Licença Prévia,  
445 baseada em um estudo minucioso, com 11 páginas, com uma série de recomendações, de restrições e condicionantes. O  
446 esclarecimento que foi pedido aqui sobre a termoelétrica, na verdade, são dois processos de licenciamento, um seria a  
447 termoelétrica a carvão, como nos informou a Dra. Maria Elisa, porque na licença dada não consta sequer o combustível.  
448 Então, seriam duas, uma termoelétrica em Osório e uma em Candiota. No caso da termoelétrica de Candiota a gente gostaria  
449 de ter um esclarecimento, inclusive, sobre a competência da FEPAM nesses licenciamentos, porque os licenciamentos, como  
450 o de Candiota, sempre foram tratados pelo IBAMA e não pela FEPAM. Finalmente, dizer que nesse caso de Candiota, sim,  
451 existem constrangimentos de se dar uma resistência de localização, autorizando a localização do empreendimento. Essas  
452 termoelétricas, para que se ter uma idéia, nessa região de Candiota, onde já existe um déficit, questões de racionamento de  
453 água na região, existe uma falta de disponibilidade hídrica para atender não só um, mas vários empreendimentos  
454 termoelétricos previstos ali. Para vocês terem idéia, uma termoelétrica consome para resfriamento, essas coisas, trinta vezes  
455 mais água do que toda a população daquele município. Uma termoelétrica, imaginem quatro, cinco, seis. E a questão da  
456 poluição atmosférica também, porque não é apenas um empreendimento nessa região. O somatório das fontes poluidoras e o  
457 selo na qualidade do ar tem que ser avaliados somente a partir de um estudo prévio de impacto ambiental para que se possa  
458 atestara viabilidade. Então, nós queremos o esclarecimento sobre a mudança de procedimento na FEPAM anteriormente e até  
459 agora. **Sr. Presidente:** Eu consulto se está esgotado este assunto? **Sr. Paulo Brack:** Então, gostaria de solicitar esse  
460 embasamento técnico, em função da Licença Prévia, que nós tivéssemos acesso a essa decisão técnica da FEPAM, inclusive,  
461 com a possibilidade dos danos que seriam irreparáveis ou não, qual a responsabilidade da FEPAM. Então, gostaríamos de ter  
462 essa documentação em relação a essa Licença Prévia como um todo. **Sra. Maria Elisa dos Santos Rosa:** Só lembro que a  
463 Licença Prévia é uma licença sem a qual não se pode, não existe dano por emissão de uma Licença Prévia ainda. Tem licença  
464 de implantação, o licenciamento ambiental é feito em três fases e essa, com certeza, aceito as considerações da Lúcia, mas  
465 essa licença foi uma licença que eu acho que os Senhores Conselheiros também vão ter que pensar, pensar em uma licença  
466 que diga que o empreendimento pode acontecer, mas que está sujeito a uma análise ambiental. Foi essa a nossa intenção. Nós  
467 temos aqui pessoas que já participaram de outras fases da FEPAM, temos mais dois diretores técnicos, o Pacheco foi, a Dra.  
468 Dolores também, e se sabe, as empresas, os municípios muitas vezes precisam de uma documentação bancária. Ninguém vai  
469 chegar lá e com a Licença Prévia começar a construir ou se localizar. Pode rir Lúcia! **Sr. Presidente:** Vamos encerrar se  
470 vamos levar para outro plano a discussão. Alguém falou sobre o horário, eu gostaria que nós concluíssemos o nosso dever.  
471 Então, se a senhora tem mais alguma complementação, objetivo, ponto de vista. **Sra. Maria Elisa dos Santos Rosa:** Não, era  
472 isso. **Sr. Presidente:** Seguinte ponto de pauta, está esgotada essa temática, mas já fica estabelecido que para a sessão que  
473 vem virão esses dados técnicos. **4. Minuta de Resolução que dispõe sobre a regulamentação do licenciamento ambiental**  
474 **de terminais hidroviários para movimentação e armazenagem de minérios.** **Sr. Tiago Castagnetti:** Próximo item da  
475 pauta é a Minuta de Resolução que dispõe sobre a regulamentação do licenciamento ambiental de terminais hidroviários para  
476 movimentação e armazenagem de minérios, é o Processo nº 007358050007-7. **Sr. Presidente:** Foi pedido vista pela  
477 AGAPAN. Professor Flávio, há alguma contribuição? Porque eu examinei os autos e não veio por escrito, mas não há  
478 problema algum o senhor fazer as suas manifestações a respeito do pedido de vista. **Sr. Flávio Lewgoy:** Como eu falei a  
479 pouco ao Secretário Tiago, eu realmente não me detive que teria que mandar uma contribuição por escrito, mas eu vou  
480 mandar por escrito. Quero dizer que essa proposta diz que dispõe sobre a regulamentação do licenciamento ambiental em  
481 terminais hidroviários para movimentação e armazenagem de minérios. Que eu saiba está em curso a proposta de transporte  
482 de carvão, não apenas de areia e cascalho, que é o que se refere, salvo melhor juízo. Então, é preciso considerar, é preciso  
483 reformatar completamente essa proposta, levando em conta o transporte de carvão, que é extremamente poluente. Quer dizer,  
484 se cair uma carga inteira de cascalho e areia, tudo bem, estamos devolvendo ao rio, que dele veio. Agora, carvão nada tem a  
485 ver com o ecossistema livre. Então, eu acredito que essa proposta não pode nem ser votada por causa dessa falha muito grave.

486 Como eu disse, vou mandar por escrito, mas chega a ser gritante a falha, não é necessário mandar, mas vou mandar. Então,  
487 estou propondo que seja suspensa a votação até que seja reformatada a proposta, por causa dessa falha. Seria isso e obrigado.  
488 **Sr. Presidente:** Está aberta a palavra. **Sr. Rogério Rammé:** Eu tenho uma colocação, que seria superada essa colocação feita  
489 pelo Professor agora, se entendermos que essa questão vai à votação, eu teria uma questão para apontar no art. 2º, que lendo a  
490 proposta me surgiu uma dúvida. No art. 2º fala: *O terminal hidroviário de minérios poderá ser objeto de regularização sobre*  
491 *áreas que tenham APPs.* A regularização me leva a crer que algo que estava irregular vai ser regularizado. Ode surgir uma  
492 dúvida, novos terminais poderão ser licenciados em APPs ou apenas regularizar aqueles que já estão consolidados em APPs.  
493 Então, receberão uma chancela do órgão para poderem ser regularizados. **Sr. Flávio Lewgoy:** Para uso direto na construção  
494 civil. A minha objeção não está superada de jeito nenhum. **Sr. Presidente:** Quando o Conselheiro se manifestou os novos, há  
495 uma regra no art. 5º. **Sr. Rogério Rammé:** Então, eu posso ter me passado na leitura do art. 5º. Surgiu aquela dúvida no  
496 momento. Professor, estou dizendo que a sua questão é extremamente importante. Até levantando outra questão que me  
497 surgiu agora, mas vou ler com atenção o artigo, se estiver esclarecido fica desconsiderada a minha colocação. Obrigado. **Sr.**  
498 **Maurício Colombo:** Eu concordo com o que o Dr. Flávio colocou, porque no texto da resolução *minério* é um termo muito  
499 vago, pode ser que coisa; mas em alguns momentos fala, como está no art. 5º, uso direto na construção civil, fala em areia e  
500 cascalho. Enfim, respeitando os meus colegas da Câmara Técnica de Mineração, o texto deixou um pouco vago. A outra  
501 colocação é uma pergunta que eu faço, por se tratar de uma resolução que está lidando, interferindo ou não nos recursos  
502 hídricos, não seria pertinente em algum momento essa minuta ser emitida também ao Conselho de Recursos Hídricos? **Sra.**  
503 **Lisiane Becker:** Na ata passada ficou uma pergunta do próprio Conselheiro se passaria pela Gestão das Águas essa proposta.  
504 E eu acrescentaria, em relevância às APPs, se teria passado também pela Câmara Técnica de Biodiversidade em relação às  
505 APPs. **Sr. Presidente:** Colhendo essas provocações que foram feitas aqui, eu penso que nós temos uma questão a ser  
506 vencida, porque parece que há uma certa sintonia, que seria passar pela Câmara Técnica de Gestão das Águas, a de  
507 Biodiversidade ou retornar à Câmara. Até em razão da questão conceitual que foi mencionada, ora fala da questão de resíduos  
508 da construção civil, não ficou claro o suficiente que seria para outro tipo de minério e assim por diante. Então, como forma de  
509 encaminhamento, para evitar qualquer subtração de conhecimento das Câmaras Técnicas, eu proporia que nós decidíssemos  
510 pela remessa, restituição do expediente à Câmara Técnica de Mineração, para a Câmara Técnica de Águas, para a Câmara  
511 Técnica de Biodiversidade e encaminhando cópia para o Conselho de Recursos Hídricos, que possa lá determinar a  
512 administração para as Câmaras Técnicas competentes. Se os senhores concordam com este encaminhamento nós poderemos  
513 evoluir, os senhores concordam? Quem é favorável a esse encaminhamento de devolução dos autos de nº 007358050007-7,  
514 que trata da proposta de resolução que regulamenta o licenciamento dos terminais de minério em áreas de preservação  
515 permanente. Quem é favorável que se faça esse procedimento, restituindo para as Câmaras Técnicas, manifeste-se com o  
516 cartão de votação. Contrários? Abstencões? Então, fica determinado que a Secretaria assim o proceda. Evoluímos na pauta.  
517 **5. Apreciação e deliberação do Plano de Aplicação dos recursos do FEMA para o exercício de 2009. Sr. Tiago**  
518 **Castagnetti:** O próximo ponto de pauta é o Item 5, que é a apreciação e deliberação do Plano de Aplicação dos recursos do  
519 FEMA para o exercício de 2009. **Sr. Presidente:** Eu gostaria que o Niro Pieper fizesse a apresentação e prestasse os  
520 esclarecimentos. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Vou fazer uma apresentação um pouco mais ampla do que simplesmente o Plano  
521 de Aplicação, trazer os esclarecimentos, alguns dados sobre evolução, a arrecadação do próprio Fundo e algumas mudanças  
522 nos procedimentos. Esta é a minuta que foi encaminhada, o Plano de Aplicação para ser aprovado, exercício de 2009. Aí é a  
523 evolução dos dez meses da arrecadação do Fundo Estadual do Meio Ambiente, está atualizado até o dia de hoje, onde nós  
524 temos um pico de arrecadação de mais de R\$ 300 mil. Apenas na primeira quinzena de outubro, já estamos em R\$ 226 mil de  
525 arrecadação, totalizando 190 inversos, com uma pequena vantagem daqueles que estão parcelado, em torno de 170 autos de  
526 infração cobrados. Essa é a evolução dos mesmos dados do quadro da norma anterior, uma evolução gráfica, na verdade,  
527 ficou o desempenho da arrecadação do FEMA nesses dez meses de 2008, com uma projeção de crescimento, porque estamos  
528 trabalhando com processos às vezes quase prescritos, com a arrecadação ainda de autos de infração de 2002, 2001. Aí tem  
529 uma pequena evolução de dados anuais, os dados anteriores a 2007, a sistemática era diferenciada, a arrecadação não era  
530 exatamente pelo intitulado, que é o Fundo Estadual do Meio Ambiente, antes eles transitavam pela conta da Fundação. Então,  
531 a partir do final de 2006 esse procedimento foi alterado e todos os ingressos são diretamente na conta do titular, que é o  
532 Fundo Estadual do Meio Ambiente. Aí estão alguns números arrecadados em 2007, aproximadamente R\$ 1.058 milhões, em  
533 2008 nós estamos em R\$ 1.278 milhões, com uma projeção em torno de R\$ 1.600 milhões, e o orçamento de 2009 prevê a  
534 arrecadação de R\$ 1.467.733 milhões. Dá para se dizer que será superado se nós conseguirmos com esse mutirão de cobrança  
535 de autos de infração antigo que ainda deverão entrar no ano de 2009. Eu falei da titularidade dos créditos, essa é uma  
536 mudança, já se tinha feito em 2006, mas tem outras que eu gostaria de referir, que é finalmente nós termos segurança na  
537 cobrança dos créditos até a fase final, que seria a inscrição em dívida ativa. Existia um parecer de 2001, da Procuradoria-  
538 Geral do Estado, que defendia que não eram passíveis de inscrição. Em 2007 já havia um posicionamento, em 2008 nós  
539 conseguimos um entendimento geral, tanto da Procuradoria como da Secretaria da Fazenda, de que é possível a inscrição  
540 desses créditos não tributáveis, que seriam os créditos do Fundo, decorrentes das multas administrativas, de que elas seriam  
541 passíveis de inscrição, tanto que já tem vários autos de infração que já estão nessa fase de inscrição. Eu coloquei a questão da  
542 credibilidade do sistema, porque, na verdade, com todo esse esforço que se fez, atendendo rigorosamente o que prevê uma  
543 resolução de 1999, sobre as modificações, sobre os prazos para apresentação e reposição de recursos. Na verdade, fiz um  
544 aprendizado com a inscrição em dívida ativa, vários procedimentos foram refeitos para a validação e a possibilidade da  
545 efetiva cobrança. Agora eu trago a minuta de resolução do plano de aplicação dos recursos para o exercício de 2009,8,  
546 salientando que pela junta de administração do Fundo Estadual do Meio Ambiente, que foi já aprovado esse projeto  
547 elaborado. O próximo quadro é a distribuição dos valores, evidenciando dois programas que estão devidamente lançados no  
548 plano plurianual e também com o projeto no orçamento de 2009. Está ali: Integração na Prestação de Serviços Ambientais;  
549 Formulação, Coordenação e Implementação da Política Ambiental; Infra-estrutura do Órgão Central, Agências Regionais,  
550 Balcões de Licenciamento Unificado e Unidades de Conservação. Locação de Mão-de-Obra: R\$ 1.037.000,00; Material de  
551 Consumo: R\$ 110.000,00; Prestação de Serviços de Terceiros – PJ: R\$ 220.733,00; Material Permanente: R\$ 60.000,00. Ali  
552 tem o Programa Implementação do Programa de Educação Ambiental Compartilhado – PEAC, que também tem um projeto  
553 agregado, só a fim de constar no orçamento que eles estão separados, com a prestação de serviço de terceiros, R\$ 35.000,00.  
554 Foi aprovado na reunião do dia 15. **Sr. Presidente:** Eu entendo que de público, ainda mais na presença dos membros do



555 Conselho, quero dizer que esse alavancar de receitas, de fevereiro até maio, foram novecentos e poucos mil. Isso foi um  
556 mutirão feito, enquanto o Pieper era Diretor Administrativo da Secretaria interino, para a recuperação desses créditos, que  
557 uma vez esgotados todos os prazos e recursos não havia o pagamento pelo infrator, eram remetidos ao Fundo e nós  
558 encontramos o expressivo número de processos, já tendo sido encaminhada a notificação sem que o infrator tivesse pago.  
559 Então, dessa maneira nós encaminhamos uma estratégia e o Pieper foi o grande colaborador. Eu faço questão de dizer aos  
560 senhores como forma de expressar o enriquecimento enquanto ele estava exercendo as funções de Diretor. Foi assim que nós  
561 conseguimos, através do esforço do Pieper, usando os recursos da Secretaria, o veículo, fazendo notificações, inclusive, no  
562 interior do Estado, para buscar uma efetividade na cobrança. Então, Pieper o meu agradecimento ao teu esforço, a tua  
563 competência enquanto gestor, Diretor do Quadro Administrativo. A palavra está aberta. **Sr. Maurício Colombo:** Eu tenho  
564 dúvidas, a educação ambiental é R\$ 40.000,00? É isso? **Sr. Presidente:** Nós temos o programa de educação ambiental  
565 compartilhado que conta com talvez 13 ou 14 parceiros, entre este mecanismo do Estado, tem grandes empresas que  
566 custeiam. É o que está sendo possível realizar, não houve nenhum prejuízo para o desenvolvimento das políticas de educação  
567 ambiental. O atraso que aconteceu foi na celebração dos protocolos, em agosto deste ano atrasou um pouco. **Sra. Lisiane**  
568 **Becker:** Pieper, ali tem um bilhão e alguma coisa para mão-de-obra ou serviços gerais. Eu gostaria de saber a que se refere,  
569 depois *peças jurídicas*. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Senhores Conselheiros, não há muita dúvida sobre o que significa mão-  
570 de-obra, é exatamente o que significa, a contratação de mão-de-obra. Quero destacar que, na verdade, essa fração do Fundo é  
571 utilizada para a manutenção de unidades de conservação. Aliás, a terceirização só é possível quando não há para as  
572 respectivas funções servidores. E pessoa jurídica é a contratação de pessoa jurídica, processos licitatórios para a prestação de  
573 serviços por pessoa jurídica. No plano completo discrimina esses valores. **Sra. Lisiane Becker: (Inaudível).** **Sr. Niro Afonso**  
574 **Pieper:** Na verdade, nós não temos nenhuma restrição territorial no Rio Grande do Sul, nós temos unidades de conservação  
575 de dois biomas e temos unidades regionais também distribuídas ao longo do território do Estado. Uma parte desses recursos  
576 estão previstos aqui, ela prevê o apoio e a infra-estrutura. **Sra. Lisiane Becker:** Dentro desse cronograma geral tu tens uma  
577 previsão de que tal unidade de conservação recebe tantos reais para a manutenção? Por exemplo, como a criação de um  
578 galpão. A previsão por unidade de conservação. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Sim, faz parte, inclusive, da forma como o  
579 Governo se comunica de fazer mais com menos. Um daqueles nichos de contratação seriam os serviços gerais, que nós hoje  
580 temos à disposição, se eu não me engano, 43 profissionais. No processo de licitação é o valor menor, contratamos e  
581 distribuimos eles racionalmente em todas as unidades e com os horários adequados à necessidade. **Sr. Paulo Brack:** Eu acho  
582 importante que a gente discuta essas questões, que nós tínhamos inclusive solicitado a reativação, enfim, da Câmara Técnica  
583 relacionada a fundos ambientais. Nós consideramos que os estudos ambientais têm um papel estratégico, no sentido de que  
584 são recursos públicos e que podem fortalecer políticas ambientais em nível de Estado. Eles têm que ser trabalhados no  
585 sentido de incrementar as políticas ambientais do Estado. Eu até colocaria uma questão importante, nós não podemos discutir  
586 isto só hoje. Por exemplo, a questão das Câmaras Técnicas, eu faço parte da Câmara Técnica de Biodiversidade e Florestas,  
587 nós poderíamos averiguar como estão sendo feitos os plantios, circularmos pelo Estado, mas quem pagaria o custo disso? O  
588 Presidente da nossa Câmara Técnica, o Sr. Ivo, tinha falado – *Nós temos que ver como estão sendo feitos os plantios*. Nesse  
589 sentido eu consideraria importante que os fundos ambientais também viessem a prover os custos de eventuais saídas para  
590 averiguar como estão sendo feitos esses plantios. Enfim, nós pudermos circular, até em nível desse licenciamento municipal  
591 feito, nós podemos acompanhar essa comissão que já existe aqui. Nós temos que ir a campo, é importante, mas é um custo.  
592 Inclusive, a possibilidade de editais para projetos, considerando que os projetos de educação ambiental nós podem ficar só  
593 confinados a projetos do Governo, eles têm que ficar abertos para projetos da sociedade. Então, essa questão é mais complexa  
594 para chegar aqui e votarmos. Eu solicito o pedido de vista e que nós incluíssemos outras questões em relação ao Fundo. **Sr.**  
595 **Presidente:** No ano passado uma crítica foi feita em relação ao encaminhamento da apresentação do FEMA, por isso que se  
596 fez a antecipação. Eu penso que algumas coisas são absolutamente inúteis debater em nível de aprovação ou não do plano de  
597 aplicação. O que o Conselho faz é deliberar sobre o plano de aplicação. Eu penso que esta temática pode ser provocada pelo  
598 INGÁ, pelos outros Conselheiros ou voltar para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, estudar a respeito da alteração  
599 legislativa que diga isso ou aquilo. Vou deixar registrado que uma das aspirações que eu tenho até o final desta gestão,  
600 enquanto Secretário Adjunto, é exatamente que uma vez estabelecidas as condições de investimento e melhor condição  
601 financeira do Estado, possa exatamente ser um norte para a abertura desses editais. O Estado a recém está zerando ou está  
602 buscando zerar, mantendo o orçamento com um déficit público zerado. Eu até pediria a compreensão dos Senhores  
603 Conselheiros, também a compreensão do Conselheiro Paulo Brack. O senhor tem todo o direito de pedir vista, não há  
604 problema algum, só queria ver se é possível nós deliberarmos e essas outras questões serem estudadas pela Câmara Técnica  
605 de Assuntos Jurídicos. **Sr. Paulo Brack:** Essa questão do edital é extremamente importante, eu acho que não temos que ver o  
606 que pode ser feito no ano que vem. **Sr. Presidente:** Se tudo correr bem em 2010. **Sr. Paulo Brack:** Nós gostaríamos de  
607 participar desse processo, o processo tem que ser democrático, transparente e a sociedade tem que estar presente na sua  
608 elaboração. Nós gostaríamos de ter mais dados referente a esses custos, que estivessem mais destrinchados ali, nesse  
609 montante de serviços, enfim. Em 1994 eu fui um dos organizadores, fui um dos proponentes do ciclo de debate sobre o  
610 Parque Estadual do Rio Grande do Sul. Nós fizemos um debate muito importante junto à Secretaria da Agricultura, fizemos  
611 várias propostas e essa discussão tem que vir. Inclusive, considerando que eu conheço todos os parques do Rio Grande do  
612 Sul, fui a todos eles. Então, eu conheço a situação, é muito grave, nós estamos na situação limite do ponto de vista da infra-  
613 estrutura. Então, nós gostaríamos que pudesse até vir a dizer que o parque tal precisaria de recurso tal para isso e para aquilo,  
614 pelo menos em alguma coisa nós poderíamos contribuir. **Sr. Presidente:** Então, concedida a vista ao Conselheiro e é retirado  
615 de pauta. **6. Perspectivas para um programa Estadual de controle de emissões de gases de efeito estufa: apresentação**  
616 **do Sr. Eduardo Wendling, Advogado membro da Comissão de Relações Internacionais da OAB. Sr. Tiago**  
617 **Castagnetti:** O próximo ponto de pauta é a apresentação do Sr. Eduardo Wendling, chamada *Perspectivas para um*  
618 *programa Estadual de controle de emissões de gases de efeito estufa*. Lembrando que o Sr. Eduardo Wendling é advogado,  
619 membro da Comissão de Relações internacionais da OAB. **Sr. Presidente:** Mais uma vez eu agradeço, manifesto o carinho  
620 que tenho pela sua pessoa e, acima de tudo, reconheço na juventude essa exagerada competência pelo trabalho. **Sr. Eduardo**  
621 **Wendling:** Agradeço o comentário, já trabalhei na Casa, fui estagiário da SEMA durante muito tempo e tenho grandes  
622 amigos aqui. Na verdade, a contribuição que eu tenho para dar é muito atual, é basicamente a expressão de como será feito o  
623 projeto que vai queimar a serragem do porto de Rio Grande para gerar a energia elétrica, entre outras coisas. Esse trabalho

624 parte da listagem, que normalmente todos os órgãos vêm, estabelecem uma política uma medida que possa ser adotada para  
625 orientar esse controle. Todo mundo sabe das conseqüências do aquecimento global, então, vou passar para a questão mais  
626 política. São três partes o trabalho, uma parte basicamente é uma ambientação sobre o problema das mudanças climáticas no  
627 mundo. Na segunda parte passo para a explanação e diferenciação dos dois sistemas de redução e controle de emissão que  
628 existem no mundo, com todos os programas. Na terceira parte eu começo a delimitar as diretrizes que seriam necessárias para  
629 estabelecer um programa para o Estado. Em relação, então, à comissão para o controle das mudanças climáticas, foi aberta  
630 em 2002, inicialmente ela tinha basicamente obrigações qualitativas, ou seja, não havia uma meta, ninguém era obrigado a  
631 execuções, mas havia metas qualitativas. Nessa primeira fase são os princípios, mas nós podemos passar, por causa do  
632 adiantado da hora. O Protocolo de Kyoto veio para complementar isso, já é fruto da terceira reunião, onde foi visto que se não  
633 houvesse uma medida drástica dos países haveria problemas significativos. Então, já foi esclarecido no protocolo uma meta  
634 de emissão dos países desenvolvidos, diminuindo pelo menos 5,2% do nível de emissão do ano-base, que foi determinado  
635 que fosse o modelo. Aqui trata os maiores emissores no ano-base, vocês podem ver que o Brasil está aparecendo como a  
636 China e a Índia. A questão é que para a composição da meta o volume de carbono originário dos sumidouros, a questão das  
637 florestas, não foi considerado em função dos países não terem passado um dado padronizado. Então, como não havia um  
638 padrão não foi colocado, mas o Brasil aparece em destaque como um dos maiores emissores. Aqui é o projeto, se hoje a  
639 Rússia, que é um dos quatro países que compõem o BRIC, que são os países emergentes dessa organização. A Rússia já é um  
640 país que tem meta de redução. A China e a Índia já se tem falado intensivamente, eles vão entrar e um próximo termo de  
641 compromisso. O Brasil ainda fica de fora em função da origem da comissão, que é ainda baseada nas florestas,  
642 desmatamentos e agricultura. O México, há questão de um mês, já lançou um programa próprio. Então, são diretrizes  
643 simples, nós podemos também adotar. Aqui são três gráficos que compõem, são dados do MCT, de 94, vocês podem ver que  
644 grande parte da poluição do volume de poluentes são dos setores primários, a parte industrial ainda é bem pequena no Brasil,  
645 está crescendo, mas ainda é pequena. Que eu apresentei no Fórum o Secretário demonstrou interesse em fazer um programa  
646 que atendesse diretamente também a própria situação da agricultura em função da importância que tem no nosso Estado. Este  
647 é um slide que retrata os volumes de emissão, podem ver que o uso alternativo do solo corresponde a 25% do volume de gás  
648 carbônico gerado pelo país. Então, é possível fazer uma análise da natureza das nossas emissões. A segunda parte do  
649 trabalho: existem basicamente dois sistemas, os quais são adotados em todos os sistemas de redução do mundo, o primeiro é  
650 o Baseline-and-Credit, que trabalha muito a questão da contraposição do cenário onde está instalado o projeto, com o projeto  
651 em si. Ele é um pouco mais complicado, o custo dele é mais alto, porque até consegui alcançar uma metodologia, determinar  
652 os projetos que sai viáveis, a própria fiscalização desses projetos é mais complicada. Então, acaba aumentando os custos para  
653 a implantação desse sistema. Esta é uma metodologia que foi aprovada, que é uma metodologia conhecida como co-geração  
654 de energia, que é através da queima controlada de biomassa, que é o caso da serragem e se enquadra como biomassa. Então,  
655 basicamente, a primeira fórmula que se tem é a retratação do cenário, onde tem a quantidade de biomassa sendo decomposta  
656 a céu aberto, geraria um volume de gases do efeito estufa. Se tu pegares esses resíduos e queimar gerando energia elétrica, tu  
657 vais ter uma redução expressiva no nível de emissões. Então, por exemplo, 120 toneladas de serragem sendo decompostos a  
658 céu aberto gerariam 155 mil toneladas de gás carbônico, enquanto se tu procederes a queima desses resíduos, gerando energia  
659 elétrica, tu vais ter algo em torno de 7 mil toneladas. Uma questão interessante, até o próprio lixão funciona em função da  
660 diferença do potencial de aquecimento global do gás carbônico em relação ao metano. Quando tem um lixão a céu aberto está  
661 gerando metano na medida em que instala no biodigestor e faz aquela mistura conhecida, está deixando de emitir para  
662 atmosfera o metano, está queimando o metano, vai sair como resíduo para a atmosfera o gás carbônico, que é a unidade  
663 mínima de poluição, é 21 vezes menor a poluição do gás carbônico em relação ao metano e vai gerar energia elétrica. Outro  
664 sistema de emissão é o sistema chamado Cap-and-Trade. A diferença dele em relação ao sistema de Baseline-and-Credit é  
665 que ao contrário do sistema de Baseline-and-Credit não tanto uma meta estabelecida, não tem uma meta lastreada, onde  
666 trabalha com hipóteses de projetos, se são viáveis ou não dentro do sistema, no sistema de Cap-and-Trade tem uma meta  
667 estabelecida, mas não vincula, não obriga, qualquer coisa que eles façam, desde que atingindo com vias de cumprimento  
668 daquela meta, são viáveis para o controle. É um menor custo, porque da parte do Estado basta ter um controle equalizado de  
669 emissões e basicamente uma fiscalização sobre isso. Chegamos na terceira parte, onde eu trago para o cenário gaúcho. A  
670 primeira obrigação que temos, a principalmente obrigação não só do Rio Grande do Sul, mas do país, é a construção de um  
671 inventário atualizado de emissões. A própria questão dos sumidouros de carbono não terem compostos as metas, decorre  
672 inclusive da falta de padrão nesse tipo de dado. Então, é necessário que haja um controle maior com um inventário com dados  
673 atualizados. Outros atributos são importantes para que o projeto funcione e seja atraente para todos os segmentos, assim  
674 como para o Poder Público, para as empresas e para todos que dependem do programa, é que ele seja simples, transparente e  
675 com custo baixo, para não inibir a participação. Na verdade, eu estabeleço que uma metodologia apropriada seria a utilização  
676 de um sistema de Cap-and-Trade, estabelecer uma meta, enquanto não temos uma meta, uma obrigação de reduzir a emissão,  
677 pode ser basicamente um ponto de referência, que eu vou me arriscar a definir como será criada essa meta. O escopo do  
678 programa foge da minha alçada, porque basicamente seria saber se nós vamos cumprir o que hoje está previsto no protocolo  
679 de Kyoto ou se haveria condições e interesse do Estado em já antecipar, digamos, o segundo período de compromisso do  
680 Protocolo de Kyoto, incluindo os gases que hoje estão sobre a tutela do Protocolo de Montreal. O Protocolo de Kyoto  
681 estabelece muito a cadeia produtiva, o setor energético, o setor metal-mecânico. E a questão do monitoramento da educação,  
682 que tem que ser adotada uma série de medidas, na verdade, para o controle disso. Haveria um agente, o Estado teria que  
683 decidir quem teria a gestão desse sistema. Basicamente se estabeleceria uma meta, cada setor da economia passaria a ter uma  
684 meta de referência para saber. O interessante do projeto seria dar para a própria cadeia produtiva uma idéia de como ela está  
685 em relação ao seu segmento. Basicamente é assim, esses três gráficos, digamos que sejam três empresas, no período de um  
686 ano emitiram, devido à qualidade da tecnologia aplicada, diferentes volumes de carbono. Então, digamos que a empresa C foi  
687 a que teve o menor volume de emissão, ela é superior a empresa A, que teve o maior índice. Poderia se estabelecer um valor  
688 de emissão para cada setor, onde o agente passaria a fiscalizar e monitorar os segmentos. Aqui eu trago duas proposições  
689 políticas, uma é ao invés de obrigar a elaboração de uma audiência pública, é adotado onde as empresas que incrementem  
690 projetos no âmbito dos MDLs, só obrigadas a mandar um ofício para o Ministério Público, ONGs ambientais, Conselhos,  
691 membros da sociedade que teriam interesse no projeto. Na verdade, é mais rápido do que planejar uma audiência pública, que  
692 às vezes não resolve a questão. Não se vocês sabem, mas o que se fala hoje do ICMS ecológico no Estado, ele não é um

693 mecanismo tributável, mas sim financeiro. Nos 21% do ICMS que é repassado para os municípios, 7% deles correspondem a  
694 um valor a ser repassado para os municípios que tenham um considerado volume de unidades de conservação instaladas. Na  
695 verdade, eu proponho, com base naquela minha meta de referência que estabeleci ali, que seja feita uma legislação e uma  
696 diferenciação da alíquota de ICMS sobre a energia elétrica. Esse é o modelo do programa utilizado, em vigor na Inglaterra,  
697 dando até 90% de redução de alíquota sobre a energia elétrica para as empresas que comprovem que tem na sua produção um  
698 comprometimento com o meio ambiente. A questão da extra-oficialidade do tributo, na, o ICMS hoje é o tributo meramente  
699 fiscal, além do aspecto fiscal o tributo passaria a ter uma questão fora da esfera tributária. Assim como tem IPTU ecológico,  
700 aqui, aquelas empresas que não estão atuando de forma responsável no meio ambiente, passaria, a pagar. A tributação em si  
701 não inibe o consumo, então, um aumento de tributo em si, uma nova taxa sobre a indústria não provocaria um resultado de  
702 redução imediata do consumo, mas na ordem inversa criar um incentivo para aquelas empresas que comprovarem que são  
703 responsáveis e que adotam práticas para a redução do impacto ao meio ambiente, haveria um incentivo significativo. É  
704 comprovado que tributar o petróleo não vai inibir o consumo, até porque muitos dependem dessa cadeia, mas dando o  
705 incentivo para que as empresas adotem tecnologias mais eficazes, motores cada vez melhores, aí sim se vai ter um ganho. Eu  
706 acho que essa é uma estrutura simples e básica que dá para a gente ter uma idéia de como poderia ser traçado um programa  
707 no âmbito do Estado, que vai ser interessante para todo mundo. Muito obrigado. **Sr. Presidente:** Não sei se os Conselheiros  
708 gostariam de fazer algum questionamento ao Eduardo. **Sra. Lisiane Becker:** No cenário brasileiro já existe uma tendência  
709 para incluir o desmatamento, para evitar. Existe uma tratativa, não está regulamentada, mas existe dentro do Programa  
710 nacional de Mata Atlântida, está sendo elaborado dentro do cenário. Eu gostaria de saber se dentro da tua apresentação do  
711 projeto existe a possibilidade para que as empresas colaborem também nesse sentido de ganhar créditos em relação ao  
712 desmatamento evitado. **Sr. Eduardo Wendling:** Ainda que os dois sistemas se prestem para a criação de crédito de carbono,  
713 no primeiro momento eu acho que não haveria ainda a geração de créditos, porque assim como isso demorou muitos anos  
714 para implantar esse sistema e a crítica posta a esse sistema é muito grande. Então, no primeiro momento não haveria ainda a  
715 comercialização de créditos. Claro, aquelas empresas que pagarem uma alíquota maior, esse dinheiro vai cair no caixa  
716 comum, mas, na verdade, é uma questão política para destinar nesse sentido. Comentaram alguma coisa sobre esse projeto  
717 que tu falaste, mas é bem complicado, porque a própria natureza da questão florestal é bem complicada no âmbito do  
718 aquecimento global e a geração de crédito de carbono. Na verdade, tudo isso vai ser abrangido pelo projeto. Isso caberia aos  
719 técnicos, mas há possibilidade. Se for considerar que na Bolsa de Chicago empresas papeleiras comercializam crédito de  
720 carbono, varia de acordo com os sistemas, estaria se adequando a sistemática fazer algum semelhante. Vai depender de uma  
721 política. **Sr. Leonel Freitas Menezes:** Tem realmente pontos a serem definidos no futuro que ninguém sabe ao certo qual  
722 caminho a tomar, não se tem um horizonte definido até 2012, de 2012 para frente esses estudos do Protocolo vão ser  
723 retomados e qual o caminho que vai andar. Tem um projeto hoje no mundo que provavelmente vai ser aprovado, todos os  
724 outros faltam regulamentação e tem também o lado econômico, qual o interesse que esse país gerador de crédito de carbono  
725 vão ter em nos fornecer (*inaudível*). Dá algo em torno de 12 e 20 milhões de dólares, se é realmente uma possibilidade,  
726 principalmente florestas produzidas onde você vai ver que nesta mesa tem 50% de carbono, não sei, está mesa pode ter mais  
727 de 30, 40 anos. Então, você tem a possibilidade de seqüestrar carbono e fixar por um longo tempo, enquanto outros produtos  
728 vão ter uma vida menor e você vai conseguir isso. Então, a minha pergunta, no teu ponto de vista que caminho isso vai tomar  
729 de 2012 para frente? **Sr. Eduardo Wendling:** Em relação ao próximo período de compromisso, o que já tem de discussão  
730 seria a inclusão da China e Índia como países com metas de reduzir emissão. A questão da inclusão dos CFCs entrariam  
731 também na questão do Protocolo de Kyoto para compor a meta. Na verdade, eu acredito que daqui para frente isso vai ficar  
732 mais intenso. Depois que o projeto começa a ficar comum e usual no cenário, aí o cenário se fecha. Então, vai ter mais tempo,  
733 quando o projeto fizer parte do nosso cenário não vai mais gerar crédito de carbono. **Sr. Leonel Freitas Menezes:** E a  
734 suinocultura? **Sr. Eduardo Wendling:** A suinocultura é o mesmo caso do lixão, o resíduo vai gerar metano. Isolando aquele  
735 resíduo, gerando o metano, conduzido por uma tubulação até onde vi ser queimado, ao invés de gerar metano na atmosfera  
736 vai estar emitindo gás carbônico. Também segue a mesma regra. Eu acredito que senão no próximo período, que é de 8 em 8  
737 anos, se o Brasil não entrar nem com metas parciais, pode ser feita a separação dos registros. O problema do Brasil é as  
738 queimadas e a agricultura, a pecuária. Então, esses segmentos que tenham uma participação muito expressiva na sua emissão  
739 talvez passem a compor uma meta de gestão e emissão. Talvez as florestas passem a ter uma meta fixa, aí o Estado vai ser  
740 obrigado a tentar reduzir, assim como na agricultura e pecuária. **Sr. Leonel Freitas Menezes:** Realmente, a questão principal  
741 é a queimada e desmatamento, o Brasil está em uma posição muito conveniente nesse termo, porque bastam pequenas ações  
742 políticas, porque se conseguirmos controlar o desmatamento e as queimadas, vamos estar controlando 80%, 90% de toda a  
743 emissão de CO2 no Brasil. **Sr. Presidente:** Mais algum questionamento? Obrigado, Dr. Eduardo, pela apresentação e pela  
744 cooperação no Conselho. Próximo item de pauta seria a apresentação da matriz energética. O Félix, que é o representante da  
745 Secretaria da Infra-Estrutura e Logística, informou que teve um contratempo e não foi possível trazer. Então, já fica para a  
746 próxima sessão. Os Conselheiros concordam? Então, vamos enviar um ofício. Agora entramos em Assuntos Gerais. Algum  
747 inscrito? **8. Assuntos Gerais. Sra. Lisiane Becker:** Eu gostaria de retomar o que foi colocado no período de Comunicações,  
748 lido pelo Tiago, em relação à anuência deste Conselho em apoiar o encaminhamento dado na reunião do CRH, aquela  
749 questão do Comitê Caí, que várias vezes coloquei aqui. O CRH na quarta-feira, era para a FEPAM levar em consideração os  
750 licenciamentos na montante dos rios Caí e Santa Cruz. Foi um critério para o licenciamento, no CRH isso foi aprovado até  
751 que as Câmaras Técnicas resolvam o problema. Eu gostaria que o aqui no CONSEMA a gente apoiasse esse  
752 encaminhamento, porque fecha CONSEMA e CRH, é um assunto que eu levei nos dois colegiados. **Sr. Presidente:** O  
753 encaminhamento é a manifestação do Conselho a respeito daqueles critérios sugeridos pelo Comitê Caí? **Sra. Lisiane  
754 Becker:** Que não fosse nenhuma atividade sem considerar antes do encaminhamento das duas Câmaras Técnicas. **Sr.  
755 Presidente:** Isso foi apresentado no Conselho dos Recursos Hídricos, foi submetido ao encaminhamento de Câmaras  
756 Técnicas, lá saiu uma decisão no sentido de que fosse encaminhado um ofício ao DRH e ao órgão licenciados estadual para  
757 que atentasse, à luz de critério de prevenção, adequação, enfim, para fins de licenciamento. Foi assim que passou no CRH,  
758 não com caráter preventivo e nem normatizador ou orientador, foi em caráter de orientação. A palavra está aberta. Consulto a  
759 Plenária sobre o *quorum*. (*Doze Conselheiros*). Então, a proposta é a manifestação de apoio do colegiado em relação à  
760 aplicação do licenciamento continuado do Santa Cruz e Caí, que foi apresentado pelo Comitê Caí no CRH. Eu vejo a  
761 dificuldade de deliberar por não haver *quorum*. Eu acho que poderia ser um ofício, encaminhando aquelas considerações para

762 que fosse do conhecimento do DRH e CRH. Seria isso? É matéria deliberativa e não temos *quorum*. Desculpa, mas fica  
763 prejudicado. **Sr. Paulo Brack:** Como sugestão para a próxima reunião, já que ficou pendente a questão do surubim, a questão  
764 também em relação às licenças prévias e também a questão relacionada aos agrotóxicos, o grupo de trabalho. Então, só para  
765 reforçar esses temas. Eu sugeriria também que o coral começasse às 14 horas, mais cedo, enquanto o pessoal está chegando.  
766 **Sr. Presidente:** Na condução dos trabalhos, até me permito dizer que a Secretaria nos próximos ofícios destaque a  
767 pontualidade, aí talvez um pouco antes se faça essa hora de arte, digamos, para às 14 horas a gente inicie os trabalhos. Fica  
768 absolutamente acolhida a sua sugestão. Mais alguém gostaria de se manifestar? E não havendo inscritos eu encerro a sessão,  
769 consignando mais uma vez o agradecimento e a minha felicidade em presidir a reunião do Conselho. Declaro encerrados os  
770 trabalhos, um bom fim de semana a todos. – *Encerram-se os trabalhos às 17h37min.*